

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 999.209 - PR (2016/0270074-6)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE : OI S.A**  
**ADVOGADO : SANDRA REGINA RODRIGUES E OUTRO(S) - PR027497**  
**AGRAVADO : MICHELLE DOS SANTOS RODRIGUES DE LIMA**  
**ADVOGADO : CESAR RICARDO TUPONI - PR022730**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo interposto por OI S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial interposto pela recorrente, com base nos seguintes fundamentos: *i*) aplicação da Súmula 7/STJ, acerca do valor arbitrado à título de danos morais (arts. 884 e 944 do CC); *ii*) impossibilidade de análise do dissídio jurisprudencial, em razão da aplicação da Súmula 7/STJ (valor dos danos morais); e *iii*) incidência da Súmula 83/STJ, quanto ao termo inicial dos juros de mora.

No entanto, da leitura do agravo em recurso especial, constata-se que a agravante limita-se a defender a inaplicabilidade da Súmula 7/STJ, quanto à violação do art. 884 e 994 do CC, deixando de tecer quaisquer considerações acerca dos óbices relativos à aplicação da Súmula 7/STJ, quanto ao dissídio jurisprudencial e à incidência da Súmula 83 desta Corte.

Registre-se, por oportuno, que a recorrente, em suas razões recursais, defende que houve o prequestionamento do art. 461, §6º, do CPC; e a existência de cotejo analítico e similitude fática entre os julgados, quanto à necessidade de intimar a parte para o cumprimento de obrigação de fazer, questões que sequer foram aventadas na decisão estadual.

Desse modo, não havendo a impugnação específica de todos fundamentos da decisão recorrida, aplicável se torna a Súmula 182 desta Corte.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso

# *Superior Tribunal de Justiça*

especial, com fundamento no 932, III, do CPC.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora

